



JORNAL DO SINPRONNF (ISSN 24477281)

*** EDITOR CHEFE**

Job Tolentino Junior
(SECRETARIA DE RELAÇÕES POLÍTICAS SINDICAIS E ASSUNTOS JURÍDICOS/TRABALHISTAS)

*** EQUIPE DE PRODUÇÃO**

Carla Cristina do Carmo Buy; Claudina de Paula Dias Gomes; Viviane Santos Gonçalves
(SECRETARIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS, CULTURAIS, DIVULGAÇÃO E IMPRENSA)
Jacimar Fazollo Méra (SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL)

Estamos filiados a:



SUMÁRIO

Página 01:

- INSPIRAÇÃO PARA ESTA EDIÇÃO
- SUMÁRIO

Página 02:

- REAJUSTES SALARIAIS 2023
- PROFESSORES DO ESTADO SUSPENDEM GREVE APÓS 43 DIAS DE PARALISAÇÃO.

Página 03:

- NOTA DA FETEERJ SOBRE DECISÃO DO TJ SOBRE A GREVE DA EDUCAÇÃO ESTADUAL RJ.
- NOTA DA FETEERJ SOBRE DECISÃO DO TJ SOBRE A GREVE DA EDUCAÇÃO ESTADUAL RJ.

Página 04:

- APAGÃO DOCENTE: JOVENS SE AFASTAM DA PROFISSÃO

Página 06:

- PORTUGUÊS: TUDO SOBRE UMA DAS LÍNGUAS MAIS FALADAS NO MUNDO

Página 07:

- AS BASES EDUCACIONAIS DE KATHERINE JOHNSON – UMA LEGENDA DA NASA

Página 08:

- ESCOLA POLITÉCNICA DA UFRJ VAI MEXER NO CURSO DE CÁLCULO PARA REDUZIR TAXAS DE REPROVAÇÃO
- POR QUE REPROVA-SE TANTO EM CÁLCULO NO ENSINO SUPERIOR? SAIBA COMO EVITAR!

Página 10:

- MENSAGEM FINAL



REAJUSTES SALARIAIS 2023

IES	INDICE DE REAJUSTE (%)
UNIREDENTOR	4,7%
FASAP	4,5%
UNIG	3,0%
APAE ITAPERUNA	12,04%

OBS:

As negociações com o SINEPE, sindicato patronal, que representa as escolas de educação básica, ainda continuam.

Foi enviada proposta pelo Patronal de 5%, porém o SINPRONNF e demais sindicatos, não aceitaram, pois nos anos anteriores não houve reajuste, ou foi abaixo da inflação. Os Sindicatos dos professores reivindicaram 7% de reajuste e estão aguardando posicionamento do SINEPE.



PROFESSORES DO ESTADO SUSPENDEM GREVE APÓS 43 DIAS DE PARALISAÇÃO

Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro (Sepe) vai enviar uma nova proposta salarial para o governo nos próximos dias

Rio - Professores da rede estadual de Educação decidiram em assembleia, realizada na tarde desta quinta-feira (29), suspender a greve iniciada no dia 17 de maio. A paralisação chegou ao fim sem que a categoria conseguisse, pelo menos até o momento, ter a principal reivindicação atendida: implementação do piso nacional do magistério para todos os níveis e não apenas para a parcela que está abaixo dele.

Após a reunião, os profissionais do estado retornaram ao estado de greve, o que significa que podem retomar a paralisação a qualquer momento. Os alunos da rede estadual vão retomar as aulas nesta sexta-feira (30).

Durante a assembleia na quadra da escola de samba São Clemente, localizada na Avenida Presidente Vargas, o Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro (Sepe) apresentou à categoria as propostas levantadas em reunião com as secretarias da Educação e Fazenda, na quarta-feira (28).

Agora, o Sepe tem até 30 dias para enviar à Secretaria Estadual de Educação (Seeduc) uma proposta de recomposição das perdas e aumento real para a categoria. Já o governo do Rio se comprometeu em submeter o documento ao Conselho do Regime de Recuperação Fiscal (União), em até 60 dias, após o recebimento.

O estado também se comprometeu a aumentar os tempos de aulas para todas as disciplinas obrigatórias e renunciar os valores referente às multas fixadas em decisão judicial que considerou a greve ilegal.

Na sexta-feira passada (23), dirigentes do Sepe receberam oficiais de justiça em suas casas com intimações para que a greve dos professores na rede estadual de Educação seja interrompida. O valor da multa entregue a cinco coordenadores-gerais é de R\$ 5 mil por dia, enquanto a do sindicato é de R\$ 500 mil por dia.

Para alguns professores da rede, a decisão não foi nada satisfatória. "Decepcionada. A pauta principal ficou pra daqui 90 dias (30 do Sepe + 60 do governo)"; "Entramos na greve porque tudo era só promessa. E saímos da greve com promessas", escreveram alguns profissionais.

De acordo com Ítalo Pires Aguiar, advogado do Sepe, o que fez o sindicato não pautar o cumprimento da lei do piso nacional na audiência de conciliação no Tribunal de Justiça foi a vitória judicial na ação coletiva. Segundo Ítalo, "o Sepe venceu em duas instâncias e o processo está no Sistema Tribunal Federal (STF)", disse.

Confira a nota do Sepe após a suspensão

"Os profissionais de educação da rede estadual RJ, reunidos na tarde desta quinta-feira (29), em assembleia na quadra da São Clemente (Cidade Nova), decidiram, por ampla maioria, pela suspensão da greve e retorno ao estado de mobilização – significa que a categoria continua mobilizada para fazer cumprir as suas reivindicações."

Confira todas as propostas:

1 - O sindicato tem 30 dias para enviar à Seeduc uma proposta detalhada de reajuste e aumento real para a categoria. Por sua vez, o governo se comprometeu em submeter o documento ao Conselho do Regime de Recuperação Fiscal (União), em até 60 dias, após o recebimento do documento.

2 - O Estado se compromete a observar, para o próximo ano letivo, o mínimo de dois tempos de aulas para todas as disciplinas obrigatórias em todos os anos de escolaridade. Além disso, deve convocar todos os professores efetivos e temporários conforme Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, o que já está ocorrendo.

3 - O Estado renuncia os valores referente às multas fixadas em decisão judicial que considerou a greve ilegal e, o Sepe se comprometeu a enviar à Seeduc, cronograma de reposição de aulas. A secretaria irá analisar e submeter o documento ao governador para que, em caso de aprovação, seja emitido decreto com vistas ao abono das faltas.

4 - O Estado se compromete, no prazo de 100 dias, a encaminhar ao Conselho do Regime de Recuperação Fiscal uma proposta de migração com aumento da carga horária de 18h para 30h aula/semanais, após análise de impacto orçamentário.

Por meio de nota, a Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) mostrou-se ciente do posicionamento da categoria e que está sempre aberta ao diálogo.

Leia a nota na íntegra:

A Secretaria de Estado de Educação tomou conhecimento de que a categoria decidiu pela suspensão da greve e pelo retorno imediato das aulas, conforme acordo estabelecido pelo Tribunal de Justiça.

A Secretaria, em nome do Governo do Estado, segue aberta ao diálogo e reafirma seu compromisso com todos os pontos acordados na conciliação judicial com a categoria.

A secretaria também espera que as aulas sejam repostas o mais breve possível para que os alunos, que já perderam 35 dias letivos, não sejam ainda mais prejudicados.

Fonte:

Thalita Queiroz. O DIA. 29/6/2023

Fonte: (<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/06/6662063-professores-do-estado-suspendem-greve-apos-43-dias-de-paralisacao.html>)

NOTA DA FETEERJ SOBRE DECISÃO DO TJ SOBRE A GREVE DA EDUCAÇÃO ESTADUAL RJ



A Feteerj e os Sindicatos dos Professores filiados (Sinpros) se solidarizam com o Sepe, em relação à decisão do TJRJ, que determinou a suspensão da greve da educação pública estadual, sob pena de multa milionária, absurda e impagável.

Em primeiro lugar, a decisão tem um tom claramente antissindical, pois aceitou o pedido de liminar do governo sem ao menos discutir mais profundamente com o próprio Sepe o caso, que tem amplo e notório apelo popular. Ao contrário, determinou a dura sentença e só então marcou uma audiência de conciliação no dia 28.

Em segundo lugar, o TJ apoiou o argumento do próprio governo de que este não pode pagar o piso nacional da magistratura devido a uma questão legal. Ora, a ser correta essa argumentação, por que o governo fez um decreto para pagar o piso apenas a uma parcela da categoria, inclusive quebrando o Plano de Carreira da educação? Além disso, por que o governo pagou a recomposição salarial de 2022 em 5,9%, cumprindo, desta vez, o PCCS?

São questões que deveriam ser debatidas em audiência antes de uma decisão tão radical do TJ.

No mais, esperamos que o governo faça uma proposta viável e o TJ recue desta determinação.

Fonte:

FETEERJ. 21/6/2023

Fonte: (<https://feteerj.org.br/nota-da-feteerj-sobre-decisao-do-tj-sobre-a-greve-da-educacao-estadual-rj/>)

NOTA DA FETEERJ SOBRE DECISÃO DO TJ SOBRE A GREVE DA EDUCAÇÃO ESTADUAL RJ

A Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social da Assembleia Legislativa RJ (Alerj), presidida pela deputada estadual Dani Balbi (PCdoB), realizou nesta terça-feira (6) audiência pública (em formato híbrido) sobre a desregulamentação da Educação Superior (ES). O professor Antônio Rodrigues representou a Feteerj; o presidente do Sinpro-Rio, professor Elson Paiva, também participou da audiência (o Sinpro-Rio é filiado à Feteerj). Ambos compuseram a mesa do debate.

Na abertura da audiência, a deputada falou sobre o objeto do debate: a falta de regulamentação do setor, que trouxe a monopolização da educação privada, com a atuação de grupos econômicos que só levam em consideração o lucro, até mesmo com a abertura das universidades no mercado de ações na bolsa de valores; o crescimento da Educação a Distância (EAD), causando enorme desemprego e aprofundando a precarização; o sucateamento e até fechamento de universidades tradicionais e filantrópicas; a precarização do mercado de trabalho docente, com a diminuição brutal dos salários médios e utilização de contratos não celetistas, com o consequente crescimento da pejetização, e o aumento da EAD; o descumprimento de decisões judiciais por parte das mantenedoras; entre outras.

Para a deputada, a comissão quer entender quais são as demandas dos Sindicatos dos Professores (Sinpros), em relação às questões trabalhistas e sociais, tendo em vista deter ou limitar o processo de financeirização do ES.

Antônio Rodrigues falou pela Feteerj, representando 10 sindicatos. Ele lembrou, para exemplificar a precarização do trabalho, que apenas dois Sinpros tem convenções com a Estácio, maior universidade privada do estado; os demais sindicatos têm apenas Acordos com aquela universidade.

“A sociedade brasileira entregou à iniciativa privada a sua educação e por isso necessita de uma espécie de arcabouço legal”, disse Antonio.

Em sua fala, Elson Paiva, do Sinpro-Rio, lembrou da CPI da ES feita pela ALERJ, em 2011, que já tinha apontado graves crimes trabalhistas, financeiros e administrativos no setor. Elson denunciou a precarização do trabalho docente, o que leva a uma formação dos alunos também precária: “Uma universidade que trata de modo precário seus professores e demais funcionários só pode oferecer um ensino de má qualidade, como está ocorrendo em nosso estado”.

O ponto que o presidente do Sinpro-Rio reforça é a precarização do trabalho, com o crescimento da Educação a Distância (EAD); aulas on-line para centenas de alunos para o Brasil inteiro; pejetização dos docentes; diminuição do salário médio; descumprimento de Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho; tudo em nome de uma lucratividade que os grupos econômicos donos das universidades exigem.

O coordenador da Contee, que participou via on-line da audiência, professor Gilson Reis, anunciou que a mobilização da sociedade conseguiu retomar o Fórum Nacional de Educação (FNE), com a volta da participação de entidades sindicais naquele Fórum, incluindo a própria Contee. Reis lembrou o grave momento que vive o País, em relação ao sistema de ensino, com um projeto de aprofundamento da mercantilização e retirada de obrigações do estado para com a educação pública, que está ocorrendo no Congresso Nacional.

Na audiência, foram mostrados gráficos, comprovando que 72% das novas matrículas no Brasil já são da EAD; 80% da EAD estão concentrados em 10 IES; aumento da taxa de alunos por professor para 1 mil alunos.

Falaram também representantes da UNE, que lembraram a pauta histórica da regulamentação do ES.

O representante do Sindicato das Mantenedoras do estado RJ, Eduardo Guimarães Prado, negou que o ES não seja regularizado: “Temos a maior regularização do mundo”. Lembrou também que a maioria das IES não está na bolsa de valores.

O economista Paulo Jagger do Dieese mostrou gráficos dos últimos 10 anos, com o aumento do número de matrículas em 40%, em termos absolutos; e a diminuição do número de professores, com o consequente aumento do número de matrículas por docente, que cresceu quase 80%.

O advogado do Sinpro-Rio, Márcio Cordero, alertou que a precarização dos docentes foi aprofundada a partir da financeirização das IES. Cordero também denunciou que, com o aumento da EAD, houve um aumento brutal de aulas não pagas aos professores. Ele também lembrou que a precarização não atinge somente os docentes, mas também os alunos, com a precariedade do ensino ofertado, principalmente na EAD, e atinge ao próprio estado do Rio, com a diminuição da arrecadação de tributos. Nos últimos cinco anos, as principais questões trabalhistas que o Sinpro-Rio vem atuando tem a ver com a EAD, finalizou o advogado.

A deputada, ao término da audiência, disse que o seu mandato e a Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social da Alerj estão abertos para que os Sinpros apresentem denúncias e propostas sobre a ES.

Fonte:

FETEERJ. 6/6/2023

Fonte: (<https://feteerj.org.br/feteerj-participa-de-audiencia-na-alerj-sobre-a-desregulamentacao-do-ensino-superior/>)

APAGÃO DOCENTE: JOVENS SE AFASTAM DA PROFISSÃO

De tempos em tempos, o alerta ressurgiu: o Brasil está à beira do colapso quando o assunto é o número de docentes aptos a lecionar na educação básica. O medo do fenômeno batizado como apagão docente – a falta de profes-sores – estampou manchetes de jornal às vésperas do primeiro turno das eleições presidenciais do ano passado. Realizado pelo Instituto Simesp, órgão ligado às mantenedoras do ensino superior privado paulista, um novo estudo projeta o possível déficit de 235 mil professores no ano de 2040 caso nada seja feito para reverter o quadro atual.

Esse número equivale a 20% dos atuais 2,2 milhões de docentes da educação básica brasileira. A queda projetada se deve a motivos diversos: diminuição da procura dos jovens pelos cursos de licenciatura; alto índice de desistência da profissão nos primeiros anos de carreira; iminente aposentadoria de muitos educadores em atividade e baixa atratividade da docência, fruto do pouco reconhecimento social e da remuneração insuficiente. Fenômenos estes que não comportam solução isolada, exigindo ações articuladas.

“Estamos vivendo um apagão do magistério já faz muitos anos, associado à precarização da formação. É algo para ser enfrentado com absoluta prioridade, pois a qualidade depende de termos bons profissionais”, avalia Cesar Callegari, ex-secretário de Educação Básica do MEC e ex-secretário de Educação do município de São Paulo.

Falar do possível apagão docente ou de sua existência já consumada e suas causas parece sempre notícia requeitada. Mas, a cada vez que se acende o fogo, o fundo está mais seco. Ou seja, a situação está pior. Em 2007, um estudo feito por membros do Conselho Nacional de Educação (CNE), assinado por Mozart Neves Ramos, Murílio Hingel e Ibañez Ruiz (Escassez de professores no ensino médio: propostas estruturais e emergenciais) alertava para a urgência de incremento da formação para a etapa. Quatro anos antes, em 2003, apenas 30% da população adulta brasileira (de 25 anos em diante) tinha o diploma do médio, contra 42% dos argentinos e 49% dos chilenos, para ficar apenas nos países da região. Por isso, era preciso formar docentes para a etapa.

Na época, o governo federal estimulou as licenciaturas e a formação adequada de docentes (em especial pela Universidade Aberta do Brasil, via EAD) que lecionavam em áreas distintas daquelas para as quais estavam habilitados e, em alguns casos, ainda sem curso superior. O aumento da oferta de professores, ao lado de outras medidas, fez com que o percentual de formados no médio subisse quase 20 pontos percentuais. Em 2019, eles eram 48,8% dos brasileiros adultos, segundo o IBGE.

Concertación brasileira

É por isso que Callegari defende a criação de “uma espécie de concertación”, uma coalisão que junte vários atores do campo educacional e da sociedade civil com o mesmo objetivo, como ocorreu, no campo político, nos pós-ditaduras da Espanha e do Chile, nas décadas de 1970 e 1980. Esse acordo visaria construir um modelo que ampliasse a formação docente em grande escala e melhorasse as escolas.

“É possível fazer uma carreira nacional, para formar algo como 300 mil professores nos próximos anos”, defende. Para isso, diz ele, a carreira precisaria começar já no ingresso do estudante na faculdade, com remuneração que possibilitasse dedicação exclusiva do aluno.

“Tentamos olhar todo o ciclo, do jovem até a aposentadoria. É preciso fazer com que o setor público saia de uma visão fracionada e realize um planejamento de pelo menos uma década, envolvendo os três níveis de governo, numa iniciativa federal com responsabilidade compartilhada com estados e municípios, um programa como o país nunca teve”, expõe Rocha, depositando no novo governo federal a expectativa de liderar a iniciativa.

O dirigente ressalta ainda um fato que preocupa um grande número de educadores e gestores: a presença da educação a distância na formação docente. “O trabalho do professor tem a ver com a prática no ambiente escolar, é de uma dimensão prática inequívoca”, acrescenta. Hoje, as licenciaturas via EAD já superaram as presenciais, se computadas as ofertas pública e privada.

Reconhecimento social para evitar um apagão docente

Apesar de a educação ser sempre citada como prioritária para o país, esse discurso não tem equivalência no prestígio social dos professores, sobretudo na educação básica. Para o estadunidense Martin Carnoy, professor das áreas de economia e educação na Universidade Stanford, a sociedade não se dá conta do quão difícil é a carreira docente.

“Todo mundo pensa que qualquer um pode ensinar. É um trabalho mais difícil que muitos outros, as condições gerais são muito difíceis e os ingressantes são mal preparados, muitos deles formados via EAD.”

Na visão de Carnoy, a sociedade deve considerar efetivamente a docência como a mais importante das profissões, definidora dos rumos do país. Para isso, é preciso melhorar não só a formação inicial como a continuada, na qual há um investimento grande, mas muito fragmentário, com períodos formativos de apenas cinco dias (em geral), muitas vezes com temas que pouco dialogam com as dificuldades da relação de ensino e aprendizagem no dia a dia.

Outro ponto que o economista destaca é o ambiente escolar e as condições de trabalho. Os salários, diz ele, devem aumentar em certos casos para melhorar a atratividade, mas a obrigação da isonomia acaba sendo uma amarra. Áreas como matemática e ciências da natureza, mais desafiadoras para o ensino, deveriam ser mais bem remuneradas. No Brasil, porém, é uma ideia rechaçada de pronto pelos sindicatos docentes.

Com a experiência de ter dirigido a rede estadual de Minas Gerais durante quase toda a gestão de Romeu Zema (Novo), a cientista social Julia Sant’Anna lista quatro pontos que julga centrais para melhorar as condições e a atratividade da carreira. O primeiro deles é aquele que quase todos creem óbvio: o de que salário importa e os professores não são bem remunerados. Porém, em sua visão, falta um olhar mais regionalizado para estabelecer os salários, inclusive aí o piso docente. “É preciso olhar para o poder de compra local e respeitar as diferenças entre municípios pequenos e grandes.”

O segundo ponto converge para o olhar dos outros entrevistados: a valorização e o reconhecimento da importância do professor. O desafio neste caso é fazer com que a elite, que define as políticas nacionais, mas não é usuária do sistema, conheça melhor a realidade da escola pública, em que estão cerca de 83% dos alunos da educação básica, e o trabalho do professor. “Precisamos trazer essa elite para saber o que faz esse sujeito, como sabe o que faz um médico, um engenheiro ou um policial.”

A definição clara do que ensinar e avaliar é o terceiro ponto. Por isso, Julia considera vital a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Com ela, fica mais fácil saber o que avaliar e ter um diagnóstico mais claro dos resultados escolares, tanto interna como externamente.

Por último, o uso da tecnologia de gestão, para equalizar necessidades, seja da compra de insumos ou da alocação de horas/aula para professores, o que daria “transparência na carga horária e celeridade às contratações necessárias”.

Dedicação exclusiva

Além de uma distribuição de aulas mais equânime, outro ponto consensual é a fixação do professor em uma só escola, o que dá a oportunidade não apenas de criar uma identidade maior com a instituição e sua cultura profissional, como também de elaborar projetos interdisciplinares. Dois fatores têm emperrado, ao longo de décadas, a decisão de fazer com que os professores tenham dedicação exclusiva: a insuficiência de professores e de verbas.

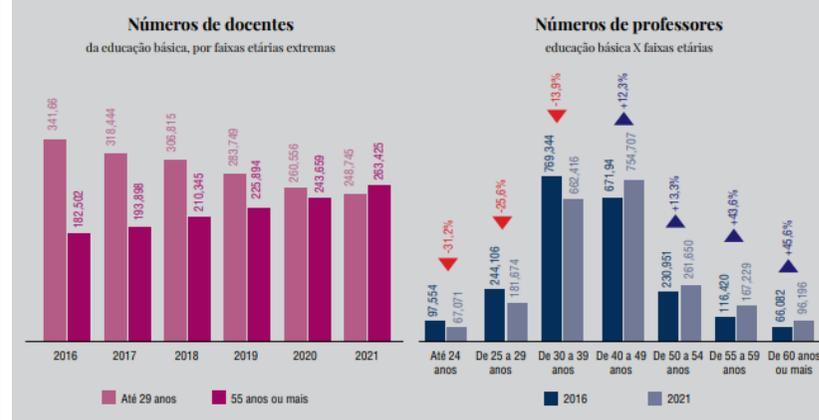
Haroldo Rocha lembra que o movimento que coordena fez um estudo sobre carreiras e remuneração nos estados: 23 deles contam, em algum nível, com educação integral, mas a esse avanço não correspondeu o aumento da dedicação exclusiva.

“Temos como objetivo que o professor esteja, num primeiro momento, em uma só rede e depois em apenas uma escola. Os alunos das classes C, D e E são os que mais demandam a escola integral. E, para isso, o professor precisa estar em uma escola só também”, diz.

Afinal, essa ginástica para lecionar em duas ou três instituições, ganhar pouco e estar num ambiente em que são pouco valorizados ou desrespeitados têm afastado os jovens da profissão.

A pesquisa do Simesp aponta de forma clara o envelhecimento dos docentes em atividade e a queda dos jovens ingressantes na profissão. Entre 2016 e 2021, todas as faixas etárias a partir de 40 anos (40 a 49; 50 a 54; 55 a 59; mais de 60 anos) tiveram crescimento expressivo em seu total de professores, enquanto nas três faixas mais próximas do início da carreira (até 24 anos; 25 a 29; 30 a 39), houve decréscimo em relação a seu total anterior (ver quadro).

Enquanto entre professores de 30 a 39 anos houve decréscimo de 13,9% entre 2016 e 2021, a faixa de 40 a 49 anos engordou 12,3% no mesmo período



Nas duas faixas com maior número de docentes, a tendência é inversa entre si. Enquanto entre aqueles de 30 a 39 anos houve decréscimo de 13,9% (de 769,3 mil para 662,4 mil entre 2016 e 2021), a faixa de 40 a 49 anos engordou 12,3%, de 671,9 mil para 754,7 mil no mesmo período. De 55 anos em diante o crescimento percentual é ainda maior. A conclusão é que muitos desses profissionais se mantêm na ativa à espera da aposentadoria. Já os mais jovens – até 24 anos e de 25 a 29 anos – estão desistindo mais da profissão em busca de outras carreiras.

Os números batem com a percepção dos levantamentos realizados pela Conectando Saberes, instituição que reúne cerca de 900 professores e 10 secretários municipais. “Nós mesmos acabamos sendo os detratores da nossa carreira. Por isso, trabalhamos ouvindo quais são as demandas dos professores”, diz Paolla Vieira, diretora da instituição. O trabalho resultante das pesquisas tem investido em duas linhas: o aumento do repertório docente, tentando desenhar um perfil do ‘educador do futuro’, e propostas de saúde e bem-estar dos corpos docente e discente. Além disso, os professores também mostraram interesse em questões como liderança e engajamento comunitário, em especial após a pandemia.

“Muitos se sentiam responsáveis por fatores que fariam o aluno voltar à escola.”

Uma realidade constatada por ela é bastante preocupante em nível nacional: o não preenchimento das vagas oferecidas em concursos públicos, algo que torna a equação insolúvel sem que haja medidas mais contundentes. Afinal, como elevar os parâmetros de ingresso se o salário e as condições profissionais não são compatíveis com o nível maior de exigência profissional?

Para Callegari, o MEC deveria aumentar sua própria rede e ser mais rigoroso na regulação dos cursos, para que todas as faculdades, públicas ou privadas, tenham parâmetros iguais de formação.

Outra sugestão bem vista pelos gestores é a introdução de um exame nacional de ingresso na carreira docente, tal como planejado em 2007, quando o atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estava à frente do MEC. Esse exame seria um serviço para as redes municipais, funcionando como um primeiro balizador para o ingresso, seguido por processos seletivos locais. A ideia, no entanto, caiu num limbo em função de pressões corporativas. (RB)

Fonte:

REDAÇÃO, 6 DE FEVEREIRO DE 2023

Fonte: (<https://revistaeducacao.com.br/2023/02/06/apagao-docente-jovens-se-afastam-da-profissao/>)

PORTUGUÊS: TUDO SOBRE UMA DAS LÍNGUAS MAIS FALADAS NO MUNDO

A O português é uma língua mundialmente conhecida, falada por mais de 200 milhões de pessoas ao redor do planeta. Entre os países que utilizam a língua lusitana oficialmente, estão Brasil, Portugal, Moçambique e Angola. Mais adiante, mostraremos todos os países que fazem parte desse grupo.

Recentemente, foi feito um acordo entre as nações que usam a língua portuguesa de forma oficial para tentar padronizar a forma de escrita e pronúncia das palavras mais tradicionais. O Brasil começou a fazer parte desse acordo em 2009, mas as mudanças se tornaram oficiais em todo o país a partir de 2016.

A gramática da língua portuguesa é considerada uma das mais difíceis que existem, por ser repleta de regras e, também, exceções a essas regras. Isso torna a língua muito rebuscada e trabalhosa de se aprender em sua totalidade.

História da língua portuguesa

A língua portuguesa, como você já deve imaginar, surgiu onde hoje está localizada a Galiza e também o norte de Portugal. Ela é derivada do latim vulgar introduzido na Península Ibérica há mais de dois mil anos.

Com a queda do Império Romano, a língua portuguesa seguiu seu processo de diferenciação das outras línguas românicas. Foi nessa época, durante o século V, que surgiram as primeiras alterações fonéticas que foram documentadas e registradas em dicionário.

A partir do século IX, passou a ser utilizada em documentos escritos. Passou por um período de forte desenvolvimento e, em torno do século XV, já contava com uma literatura bastante rica.

Ao longo dos séculos XV e XVI, com as navegações e conquistas portuguesas, o português começou a se espalhar por outros países e ganhar território mundial. Lugares como o Brasil, Goa, Índia, Macau e Timor-Leste começaram a utilizar a língua portuguesa como forma de comunicação. No Sri Lanka, foi a língua exclusiva por quase 350 anos.

No dia 5 de maio é celebrado o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura, data comemorada em todo território onde a língua lusitana está presente.

Pegadinhas da língua portuguesa

A língua portuguesa é cheia de pegadinhas ou expressões que confundem a pessoa que está escrevendo. Há palavras que são ditas da mesma forma, mas escrita de maneiras diferentes e com significados diferentes, o que pode dificultar a sua correta utilização.

Uma das principais pegadinhas da língua portuguesa é em relação ao uso de por que, por quê, porque e porquê. Durante a fala, todas essas opções são expressas da mesma forma, mas cada uma delas é escrita de forma diferente e também utilizada em frases com sentidos distintos.

Além disso, existem palavras que possuem a grafia bastante semelhante, são ditas da mesma forma, mas expressam ideias completamente diferentes. Um exemplo clássico para esse caso é traz ou trás.

Outra pegadinha bastante popular é a confusão sobre quando a palavra é grafada com x ou quando é grafada com ch. Um exemplo bastante utilizado nesse caso é apontar qual seria a grafia correta: enxergar ou encherger?

Países que falam português

A língua portuguesa é falada por mais de 200 milhões de pessoas ao redor do mundo e está entre as 6 línguas mais faladas no planeta. Desse total de falantes, o Brasil concentra cerca de 80% da população total. Além do Brasil, outros países que falam português são:

Portugal
Guiné-Bissau
Angola
Cabo Verde
Moçambique
Timor Leste
São Tomé e Príncipe
Guiné Equatorial

Você sabe quais são as línguas mais faladas no mundo, que estão à frente do português? Talvez a sua 1ª resposta seja o inglês, por ser tão falada por aí. Mas, a língua mais falada mundialmente é o mandarim, utilizado na China. Veja lista com as 10 línguas mais faladas no mundo:

Mandarim
Espanhol
Inglês
Hindi
Árabe
Português
Bengali
Russo
Japonês
Panjabi

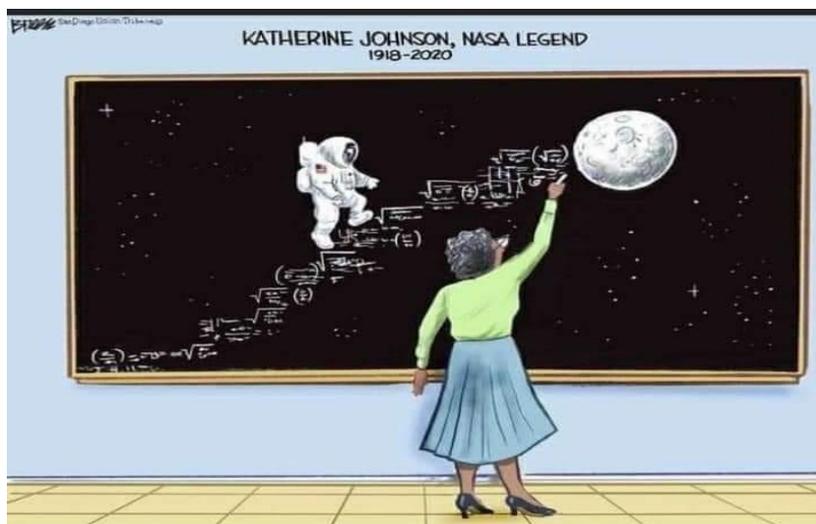
Fonte:

STOODI, 25/05/2020

Fonte: (<https://blog.stoodi.com.br/blog/portugues/portugues-tudo-sobre-uma-das-linguas-mais-faladas-no-mundo/#:~:text=A%20gram%C3%A1tica%20da%20l%C3%ADngua%20portuguesa,se%20aprender%20em%20sua%20totalidade.>)



AS BASES EDUCACIONAIS DE KATHERINE JOHNSON – UMA LEGENDA DA NASA



Senhoras e senhores, dediquem algum tempo para conhecer a história dessa mulher, negra, nascida num país racista e aprendam o que de fato revoluciona conceitos e costumes. Ei-la:

Katherine Coleman Goble Johnson (White Sulphur Springs, 26 de agosto de 1918 – Newport News, 24 de fevereiro de 2020) foi uma matemática, física e cientista espacial norte-americana.

Ela fez contribuições fundamentais para a aeronáutica e exploração espacial dos Estados Unidos, em especial em aplicações da computação na NASA. Conhecida pela precisão na navegação astronômica informatizada, seu trabalho de liderança técnica na NASA se estendeu por décadas onde ela calculava as trajetórias, janelas de lançamento e caminhos de retorno de emergência para muitos voos de Projeto Mercury, incluindo as primeiras missões da NASA de John Glenn, Alan Shepard, o voo da Apollo 11, em 1969, à Lua e trabalho contínuo por meio do programa dos ônibus espaciais e sobre os planos iniciais para a missão a Marte.

Em 2016, foi incluída na lista de cem mulheres mais inspiradoras e influentes pela BBC.

Filha de Joshua e Joylette Coleman. Uma entre cinco filhos, seu pai trabalhava como madeireiro, agricultor e carpinteiro no Hotel Greenbrier. Sua mãe era ex-professora. Muito cedo, Katherine mostrou talento para matemática e seus pais enfatizavam a importância da educação para os filhos. Como o condado de Greenbrier não oferecia escola para estudantes negros após a oitava série, as crianças da família foram para o ensino médio no condado de Kanawha, no chamado Instituto, onde hoje é a universidade de West Virginia. A família dividia seu tempo entre os estudos durante o ano e o verão em Sulphur Springs.

“Eu contava tudo. Contava os passos na rua, os passos até a igreja, o número de pratos que eu tinha lavado. Tudo o que pudesse ser contado.”

Katherine formou-se, no ensino médio, aos 14 anos. Aos 15 anos, ela iniciou os estudos na universidade, onde estudou em todos os cursos que ofereciam matemática. Vários professores apadrinharam-na, incluindo a matemática e química Angie Turner King, que a orientou durante o ensino médio e W.W. Schiefflin Claytor, o terceiro negro a receber um doutorado em matemática no país, que chegou a criar novos cursos de matemática especialmente para Katherine. Ela se formou em 1937, com notas máximas em matemática e francês, aos 18 anos. Depois da formatura, ela se mudou para Marion, Virginia, para ensinar matemática, francês e música em uma escola de ensino infantil.

Em 1939, Katherine se tornaria a primeira negra a se dissociar da graduação na Universidade da Virgínia Ocidental, em Morgantown e a única mulher entre três estudantes negros selecionados a integrar a graduação depois da decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos, que decidiu separar as escolas e universidades para negros e brancos. As universidades estaduais seriam instituições para brancos e a universidade Lincoln deveria criar cursos para atender a negros. Caso não houvesse cursos, outras universidades deveriam atender aos alunos.

Katherine foi co-autora de 26 artigos científicos. A NASA mantém uma lista de artigos mais significativos de Johnson com links para sua ferramenta de busca de arquivo para encontrar outros. O impacto de seu legado pioneira para a ciência espacial e computação lhe rendeu diversas honrarias e medalhas, além de servir como modelo para outras estudantes. Desde 1979, antes de se aposentar da NASA, sua biografia tem lugar de destaque entre a lista de negros pioneiros em ciência e tecnologia.

Em 24 de novembro de 2015, o presidente Barack Obama incluiu Katherine na exclusiva lista de dezessete estadunidenses que receberam a Medalha Presidencial da Liberdade e seu nome foi citado como exemplo pioneiro de mulheres negras na ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

Em março de 2016, começaram as finalizações do filme Hidden Figures, que foi lançado em 2017, sobre três cientistas negras da NASA que calcularam as trajetórias de voo do Projeto Mercury e do Apollo 11 nos anos 1960. O filme é baseado no livro de Margot Lee Shetterly que documentou as carreiras e as contribuições de Katherine Johnson, Dorothy Vaughan e Mary Jackson. Katherine é interpretada pela atriz indicada ao Oscar Taraji P. Henson.

Em 5 de maio de 2016, a nova Instalação Katherine G. Johnson de Pesquisa em Computação foi formalmente dedicada pela agência no Centro Langley de Pesquisa, em Hampton, Virginia, no aniversário de 55 anos do voo histórico de Alan Shepard em seu foguete, que Katherine tornou possível.

Fonte:
Marcos Schimidt - 13/4/2023

Fonte:
 (<https://m.facebook.com/groups/32066222359793/permalink/899014554524554/?sfnsn=wiwspwa&ref=share&mibextid=SDPeLY>)

ESCOLA POLITÉCNICA DA UFRJ VAI MEXER NO CURSO DE CÁLCULO PARA REDUZIR TAXAS DE REPROVAÇÃO

A diretora da instituição, Cláudia Morgado, reconheceu que 70% de reprovação não é normal. Ela participou da aula inaugural do Curso de Cálculo André Rebouças, criado por estudantes para apoiar alunos cotistas e combater o racismo institucional.

A diretora da Escola Politécnica da UFRJ, Cláudia Morgado, anunciou aos mais de cem estudantes presentes à aula inaugural do Curso André Rebouças, no Centro de Tecnologia, nesta terça-feira (11), que vai promover mudanças urgentes na disciplina de cálculo. Ela reconhece a anormalidade nas altas taxas de reprovação no curso, que também influem diretamente na maior evasão de alunos negros, configurando uma forma de racismo institucional.

“Não pode ser normal reprovar 70% da turma; e pior, sistematicamente”, admitiu a professora. “Não é um fenômeno que acontece pontualmente em um semestre. E esse alto índice de reprovação chegou a níveis insuportáveis.”

O Curso André Rebouças é um projeto de apoio pedagógico para alunos cotistas de Engenharia, organizado por estudantes da UFRJ, em parceria com o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (Senge RJ), o Clube de Engenharia e a Mútua – Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA-RJ. Está no seu segundo ano de realização.

Uma pesquisa recente da Pró-Reitoria de Graduação da UFRJ mostrou que, nos cursos de Engenharia da universidade, a taxa de sucesso na formação dos alunos negros é de aproximadamente 42%, enquanto a dos alunos brancos é de quase 90%.

A deputada estadual Renata Souza (Psol-RJ), integrante da mesa do evento, apontou a questão racial. “A disparidade nos índices de sucesso e retenção dos estudantes negros mostra o racismo institucional que impera não apenas nas universidades, mas em diversas instituições no nosso país”, afirmou a parlamentar. Também participaram da abertura do curso a deputada Erika Takimoto (PT-RJ) e Olímpio Alves dos Santos, presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge RJ).

Os organizadores do curso André Rebouças consideram a decisão da direção da Escola Politécnica, de alterar o conteúdo da disciplina, uma vitória histórica para os estudantes de Engenharia que há décadas reivindicam mudanças no ensino para reduzir as reprovações e aumentar a permanência dos estudantes negros e de baixa renda.

Fonte:

Senge-RJ. 14/04/2023

Fonte: (<https://fisenge.org.br/escola-politecnica-da-ufrj-vai-mexer-no-curso-de-calculo-para-reduzir-taxas-de-reprovacao/>)

POR QUE REPROVA-SE TANTO EM CÁLCULO NO ENSINO SUPERIOR? SAIBA COMO EVITAR!

Quando o Vida de Calouro fez a pergunta “você já reprovou alguma vez em cálculo”, as respostas de um engenheiro mecânico formado, de um estudante de engenharia civil e de um cientista da computação foram praticamente as mesmas (e acompanhada de uma risada): “lógico!”.

- Pra você ter uma ideia, em uma turma de 60 alunos apenas cinco foram aprovados em Cálculo III - exemplifica Vitor Andrade Dias, formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Se todo calouro mentaliza a entrada na universidade, o primeiro estágio e a entrega do diploma como etapas básicas do período acadêmico, a lista do estudante dos cursos de Engenharia possui um item a mais: a reprovação em alguma matéria de cálculo. Victor Insunza, estudante de Engenharia Civil da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), reprovou em todas que cursou.

- Na grade aqui da Ufscar temos Cálculo I, II, III, Numérico, as séries e as diferenciais. Cursei e senti dificuldade em todas.

Não são poucas as explicações para eventuais fracassos acadêmicos, mas os estudantes dizem em uníssono quando alegam alguns problemas. E não só eles. Professores também. Vamos a eles:

1. Ensino Médio voltado prioritariamente para o ENEM.

O que dizem alunos e professores: Com o sucesso das escolas veiculado ao desempenho das mesmas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), técnicas de cálculo aritmético ou algébrico acabam pulverizados no ensino anterior à graduação.

- Alguns conteúdos matemáticos fundamentais para o bom acompanhamento dos referidos cursos não são cobrados no exame - explica o professor Alcindo Márcio, Mestre em Educação Matemática da Universidade Veiga de Almeida (UVA).

- Não tem nada a ver com o que você vê no Ensino Médio. E fica ainda mais complicado porque você precisa se dedicar às outras matérias do curso - reclama Vitor Andrade.

2. Métodos traumatizantes no ensino de cálculo.

O que dizem os alunos: muitos professores privilegiam logo no início o ensino do cálculo científico, uma área mais abstrata. Vindo cru diretamente do Ensino Médio, o aluno dificilmente consegue acompanhar as exigências do novo ambiente.

- De fato, o desempenho do aluno vai se relacionar com a maneira como o professor conduz o ensino. Há muitas discussões a respeito dessa divisão entre o lado prático do cálculo (que até o século XIV era o mais estudado) e a parte de análise do cálculo.

3. Índice alto de reprovação dificulta matrícula nas turmas dos anos seguintes.

O que dizem os alunos: dificuldade gera reprovação que gera poucas vagas que gera dificuldade que gera reprovação ad infinitum.

- O índice de reprovações é muito alto e isso gera uma bolha: muitos alunos reprovados e poucas vagas pra cursar a disciplina novamente, analisa Freddy Brasileiro, hoje mestrando em Ciência da Computação.

O que dizem os professores: seja na rede pública ou privada de ensino, as aulas são sempre lotadas.

- Em média, as vagas são 60 por 60. Se em um período reprovam 40, a próxima turma já fica com 100. E se engana quem acha que isso ocorre somente nas universidades públicas. Aqui na Veiga de Almeida, por exemplo, as turmas também são cheias - diz Alcindo.

4. São poucos os cursos de nivelamento (e os que existem são subestimados).

O que dizem os professores: há iniciativas das instituições públicas e privadas de auxiliar o aluno na transição Ensino Médio-Graduação. Porém, as poucas que existem de forma gratuita são pouco utilizadas pelos alunos.

- A Universidade Federal Fluminense, por exemplo, desenvolveu um "Cálculo A", uma espécie de pré-cálculo. Era opcional. Me pergunta se alguém ia? A frequência era baixa. Na faculdade privada onde eu leciono, há duas iniciativas: um nivelamento e outro o curso que eu coordeno. O primeiro é oferecido gratuitamente pela universidade e a frequência é maior naquele que eu coordeno. Isso também ocorre em universidades que oferecem esse curso durante as férias.

5. Alunos de outros cursos reclamam das exigências do departamento de Matemática.

O que dizem os alunos: estudantes de cursos que não são das engenharias se queixam das exigências iguais para todos os alunos.

- Não é impossível ser aprovado nessas disciplinas, tanto é que alguns conseguem passar. Talvez fosse mais prudente que os professores dessem a disciplina de maneira diferente para cursos também diferentes. O que acontece hoje é que alguns dos professores do Departamento de Matemática querem que alunos que não são do curso de Matemática aprendam Cálculo como se fossem, reclama Brasileiro.

O que dizem os professores: a separação no ensino varia de acordo com as instituições. Mas é essencial a presença do cálculo na grade de cursos além das engenharias.

- O aluno tem razão. O que não se pode esquecer é que, na questão da aplicabilidade, a matemática oferece a estudantes de cursos diferentes a condição de desenvolver técnicas. É importante que o aluno entenda que, sim, ela é essencial para o seu futuro;

6. Ansiedade no que diz respeito à aplicação prática do ensinado em sala de aula.

O que dizem os alunos: o choque entre Ensino Médio e Graduação se dá porque, além da diferença gritante do conteúdo, é difícil visualizar a necessidade dos ensinamentos na vida prática do engenheiro.

O que dizem os professores: existe uma ansiedade de querer ver para o que serve aquele conteúdo e, nem sempre, todo conhecimento aprendido é usado na prática -- e isso também é fundamental.

- Não temos uma cultura matemática para poder observar todas as aplicações práticas. Infelizmente, não dá tempo. Mas a matemática é assim mesmo: você estuda e, muitas vezes, não consegue enxergar onde que aquilo poderá ser aplicado. E isso é trabalhado com o tempo e escolhas do aluno. Talvez eu só explique em sala de aula 50% do que eu aprendi em toda a minha vida. Há uma preocupação excessiva em contextualizar, uma prática comum nos ensinos Médio e Fundamental.

7. Perda do hábito de refazer exercícios.

O que dizem alunos e professores: é preciso estudar e isso requer esforço. É difícil mesmo; mas há materiais suficientes para ajudar na fixação do conteúdo

- Um dos fatores que contribuem para o desenvolvimento de habilidades referentes às técnicas de cálculo aritmético e algébrico consiste na resolução de exercícios pré-especificados de acordo com o conteúdo estudado. A seleção desses exercícios pode ocorrer através de materiais de apoio como apostilas, por exemplo. Entretanto a formação acadêmica e profissional do estudante exige habilidades que são desenvolvidas através do hábito de leitura que poderá ocorrer a partir da utilização de pelo menos uma das referências bibliográficas indicadas, diz Alcindo ensinando o caminho das pedras.

O estudante Victor Insunza aponta outra possibilidade que pode contribuir com os que estão em dificuldade:

- Eu aprendi que existem outro métodos de estudo. O próprio YouTube, por exemplo. Há também aulas abertas do Massachusetts Institute of Technology (MIT) que são interessantes.

8. Uso do aparelho celular em sala de aula.

O que dizem os professores: se uma das reclamações é exatamente a o aprofundamento em tópicos abstratos do cálculo, a atenção do aluno é fundamental para absorção dos conteúdos matemáticos.

- Qualquer interrupção entre uma e outra fase acarreta uma lacuna no conjunto de informações que estão sendo passadas de forma quase que instantânea. Quando você recebe uma mensagem ou uma ligação e atende (e, às vezes, nem precisa atender) esta lacuna surge e, na maioria dos casos, implica no não-entendimento do conhecimento matemático - explica (quase reclamando) Alcindo.

Fonte:

EXTRA. 20/9/2015

Fonte: (<https://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/porque-reprova-se-tanto-em-calculo-no-ensino-superior-saiba-como-evitar-13356046.html>)





Fonte:
PENSADOR – CARL SAGAN 2023
Fonte: (<https://www.pensador.com/frase/MTEzMTY0NQ/>)